

COMISSÃO DE SAÚDE

PROJETO DE LEI Nº 2.619, DE 2025

Regulamenta a atuação das Escolas de Saúde Pública no âmbito do SUS.

Autor: Deputado JORGE SOLLA

Relatora: Deputada ANA PIMENTEL

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.619, de 2025, de autoria do Deputado Jorge Solla, propõe regulamentar a atuação das Escolas de Saúde Pública no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como consolidá-las como instituições estratégicas para a formação, a educação permanente e a produção de conhecimento voltado às necessidades da Saúde Pública brasileira. O texto reconhece essas escolas como entidades públicas, de caráter técnico-científico, com autonomia pedagógica, científica e administrativa, vinculadas às diferentes esferas de governo, respeitada a legislação vigente.

Ao delimitar suas finalidades, o Projeto confere centralidade às ações de qualificação da força de trabalho, à gestão de recursos humanos, à pesquisa aplicada e à inovação tecnológica, e estabelece um papel claro de apoio ao fortalecimento institucional do SUS. Nesse sentido, a Proposta valoriza a integração ensino-serviço-comunidade, aproxima os processos formativos da realidade concreta dos territórios e das necessidades da população. Também reafirma princípios caros ao Sistema, como a descentralização, a regionalização, a interdisciplinaridade, a participação social, a equidade e a valorização dos saberes locais e populares.



As competências atribuídas às Escolas de Saúde Pública reforçam seu papel ordenador e articulador da formação e da educação permanente em saúde, e se alinham aos processos de planejamento e gestão da força de trabalho no SUS. Além disso, o Projeto busca garantir que essas instituições sejam capazes de promover a participação, produzir e disseminar conhecimento, desenvolver tecnologias educacionais e preparar profissionais para atuar em situações de emergência em Saúde Pública. Essa perspectiva amplia o papel das escolas para além do campo formativo, e as coloca como agentes estratégicos de inovação e resposta em momentos críticos.

Outro aspecto relevante é a possibilidade de articulação em rede, prevista no texto, que permitirá cooperação técnica e pedagógica entre escolas, centros formadores, universidades e demais instituições de pesquisa. Essa integração potencializa a difusão de metodologias, o compartilhamento de experiências e a valorização da educação como prática transformadora do cuidado em saúde, o que fortalece a unidade do SUS e amplia sua capacidade de formar trabalhadores comprometidos com seus princípios.

O PL tramita em regime ordinário e foi distribuído, em caráter conclusivo, às Comissões de Saúde (CSAUDE) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para exame da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Na CSAUDE, não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o Relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Cabe a esta Comissão de Saúde apreciar o mérito do Projeto de Lei nº 2.619, de 2025, do Deputado Jorge Solla, especialmente no que se refere à consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da atuação das Escolas de Saúde Pública (ESP), voltada à formação, à qualificação e à educação permanente dos profissionais de saúde. Ressaltamos que a análise quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa será objeto de



deliberação pela CCJC, conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

De acordo com a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (Anexo XL da Portaria de Consolidação nº 2, de 2017¹), a aprendizagem no SUS deve ser contínua, estar inserida no cotidiano do trabalho, e permitir a transformação das práticas profissionais e da própria organização dos serviços. As Escolas de Saúde Pública já cumprem esse papel em diversos estados brasileiros, mas ainda carecem de uma regulamentação nacional que lhes assegure uniformidade de atuação e maior fortalecimento institucional, inclusive quanto à sua autonomia pedagógica, científica e administrativa.

Um estudo conduzido em Escolas de Saúde Pública analisou a Política Nacional de Educação Permanente e identificou que os princípios dessa política foram utilizados não apenas em contextos educacionais formais, mas também como base para o desenvolvimento institucional e práticas pedagógicas nos processos gerenciais e políticos dessas escolas. Isso revela que a educação permanente tem o poder de transformar a rotina das instituições de saúde e ampliar a resolutividade e a eficiência do sistema².

Ademais, em uma pesquisa qualitativa realizada na Amazônia Ocidental brasileira, constatou-se que, quando aplicada de forma significativa, a educação permanente em saúde torna-se um recurso valioso para identificar necessidades locais, ajustar intervenções e garantir que os profissionais estejam preparados para lidar com as especificidades da atenção primária. Ou seja, há evidência de que a capacitação contínua contribui para melhorar a capacidade de resposta do sistema às realidades regionais³.

O Projeto de Lei que ora analisamos apresenta-se como uma iniciativa estratégica para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde, ao regulamentar a atuação das Escolas de Saúde Pública como instituições públicas de caráter técnico-científico, com competências definidas em lei, tais como ordenar a formação e qualificação da força de trabalho do SUS,

¹ https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002_03_10_2017.html#ANEXOXL

² <https://www.scielo.br/j/csc/a/JSqG5T5c4jcX8LKxyds3dYH/?lang=pt>

³ <https://equityhealthj.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12939-025-02484-5>



promover a integração ensino-serviço-comunidade, estimular a participação social e preparar profissionais para emergências em saúde pública.

Ademais, a Proposta valoriza princípios fundamentais do Sistema, como a descentralização, a regionalização, a interdisciplinaridade e a participação social, e se alinha ao disposto na Constituição Federal (art. 198, inciso III), que estabelece a exigência de organização das ações de saúde em redes regionalizadas e hierarquizadas, e à Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080, de 1990), que reforça a importância da formação e da valorização dos trabalhadores como condição para a consolidação do SUS.

Registramos, ainda, que o Projeto faz referência expressa à atuação em rede, o que converge com a experiência já consolidada da Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública (RedEscola), composta por 54 Escolas, Núcleos e Centros Formadores, que integra escolas ligadas aos sistemas estaduais e municipais de saúde e centros universitários nas cinco regiões do País, evidência concreta da capilaridade e da viabilidade da cooperação técnica e pedagógica preconizada no Projeto⁴.

Assim, o PL nº 2.619, de 2025, se apresenta como instrumento de grande relevância para a efetividade das Escolas de Saúde Pública no País. A aprovação deste PL permitirá a ampliação da capacidade de inovação e de resposta do SUS frente às demandas da população e às emergências em Saúde Pública, conforme demonstrado na recente pandemia da Covid-19, que evidenciou a necessidade de instituições formadoras mais estruturadas e integradas.

Porém, embora extremamente meritório o texto original do Projeto, consideramos necessário apresentar um texto Substitutivo, para conferir maior clareza e abstração normativa, em consonância com a Lei Complementar nº 95, de 1998, ao explicitar que se tratam de normas gerais e ao resguardar a autonomia organizacional dos entes federativos; reorganizar o conteúdo para evitar repetições e dar unidade entre finalidades, princípios e competências, com ênfase na formação em serviço, na educação permanente e na gestão do conhecimento; harmonizar a terminologia do SUS e prever a articulação com o campo educacional, sem prejuízo da autonomia universitária;

⁴ <https://redescola.ensp.fiocruz.br/instituicoes-formadoras-integrantes-da-redescola>



remeter aspectos operacionais da atuação em rede ao regulamento, o que preserva generalidade da norma; e fixar “vacatio legis” suficiente para a implementação ordenada da Lei porventura aprovada.

Diante do exposto, o nosso voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 2.619, de 2025, de autoria do Deputado Jorge Solla, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputada ANA PIMENTEL
Relatora



COMISSÃO DE SAÚDE

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.619, DE 2025

Estabelece normas gerais sobre a atuação das Escolas de Saúde Pública (ESP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais sobre a atuação das Escolas de Saúde Pública (ESP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), com vistas à consolidação do sistema por meio da formação em serviço, da educação permanente em saúde, da produção e disseminação de conhecimento e da inovação tecnológica, observadas as competências dos entes federativos e a legislação específica de cada esfera.

§ 1º As normas previstas nesta Lei orientam-se pelos princípios e diretrizes do SUS e não implicam ingerência na organização administrativa de Estados, Distrito Federal e Municípios.

§ 2º Para os fins desta Lei, serão respeitadas as definições e diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, nos termos da legislação vigente.

Art. 2º As Escolas de Saúde Pública são instituições públicas, de caráter técnico-científico, vinculadas ao SUS nas esferas federal, estadual, distrital ou municipal, com autonomia pedagógica e científica e com autonomia administrativa na forma da legislação do respectivo ente federativo.

Art. 3º As Escolas de Saúde Pública têm por finalidade contribuir para a consolidação do SUS, por meio do desenvolvimento de ações integradas de formação em serviço e educação permanente em saúde, gestão do conhecimento, pesquisa aplicada, inovação tecnológica e produção de conhecimento em saúde pública e coletiva.



Art. 4º A atuação das Escolas de Saúde Pública observará os princípios da regionalização, descentralização, interdisciplinaridade, participação e controle social, equidade e valorização dos saberes locais e populares.

Art. 5º Compete às Escolas de Saúde Pública:

I - ordenar, de forma colaborativa, a educação permanente em saúde e a formação em serviço dos trabalhadores do SUS, em articulação com as instâncias de gestão do SUS e com o planejamento da força de trabalho;

II - apoiar os processos de planejamento e gestão da força de trabalho em saúde, no âmbito de sua atuação;

III - articular-se com o Ministério da Educação e com as instituições de ensino superior, nos termos da legislação educacional, respeitada a autonomia universitária;

IV - fortalecer a capacidade institucional do SUS para a produção de conhecimento, inovação e tecnologias educacionais em saúde;

V - desenvolver, implementar e avaliar programas e projetos de educação permanente em saúde, com metas e indicadores compatíveis com as necessidades sanitárias dos territórios;

VI - promover a integração ensino-serviço-comunidade, com foco na realidade dos territórios e nas necessidades da população;

VII - estimular a participação e o controle social;

VIII - contribuir para a equidade, a integralidade e a resolutividade das ações e serviços de saúde;

IX - desenvolver ações de educação permanente, visando à capacitação e qualificação dos trabalhadores do SUS na preparação e nas respostas às emergências em saúde pública.

Art. 6º As Escolas de Saúde Pública poderão atuar, no âmbito do SUS, de forma articulada em rede, em regime de cooperação técnica e pedagógica entre si e com outras instituições formadoras e de pesquisa, com vistas à integração de esforços e recursos para o fortalecimento do SUS.



Parágrafo único. A organização e a governança da atuação em rede, bem como os critérios e procedimentos de adesão, os instrumentos de cooperação e as formas de monitoramento e avaliação, serão definidos em regulamento, observadas as diretrizes desta Lei.

Art. 7º São objetivos da atuação em rede das Escolas de Saúde Pública no âmbito do SUS:

- I - compartilhar informações e conhecimentos;
- II - difundir metodologias e tecnologias educacionais;
- III - promover a articulação das instituições de educação em saúde no país, em regime de cooperação técnica e pedagógica entre si e com outras instituições formadoras e de pesquisa;
- IV - fomentar a articulação cooperativa e solidária entre as escolas de saúde pública, centros formadores e instituições de ensino superior;
- V - valorizar a educação como prática transformadora do cuidado em saúde;
- VI - fortalecer as ações de formação e educação permanente em saúde em todos os níveis do SUS;
- VII - ampliar as ações de educação permanente em saúde, visando à capacitação e qualificação dos trabalhadores do SUS na preparação e nas respostas às emergências em saúde pública.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor após 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputada ANA PIMENTEL
Relatora

